

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Câmara investiga uso de cargos de confiança criados por Paulo Freire

Da Reportagem Local

O chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação, Mário Sergio Cortella, 36, prestou ontem esclarecimentos à Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal sobre a abertura de 67 cargos de confiança. Segundo o presidente da comissão, vereador Luiz Carlos Moura (PCB), Cortella substituiu Paulo Freire que foi "convocado a esclarecer denúncias de que os cargos estariam sendo usados como expediente político".

Cortella afirmou que os cargos serão preenchidos de acordo com "critérios políticos, mas não-partidários". Segundo ele, serão escolhidos profissionais com mais de cinco anos na rede municipal, habilitação em administração es-

colar e "afinidade" com a política educacional de Freire.

As 67 vagas foram abertas no final de 88 e extintas em fevereiro de 89, um mês após a posse da prefeita Luiz Erundina. Em março deste ano, foram transformadas em vagas de assistentes técnicos pedagógicos, pessoas que trabalham nos Núcleos de Ação Educativa (antigas delegacias de ensino) e assessoram as 656 escolas da rede municipal. O salário é de Cr\$ 37.059,96 para 40 horas semanais.

Para Cortella, a secretaria precisa das vagas porque está redirecionando o trabalho das antigas delegacias de ensino. Segundo ele, as delegacias tinham "função cartorial", enquanto os dez NAEs terão como "prioridade a função pedagógica".

O presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal, Claudio Borges Fonseca (PC do B), 39, foi uma das pessoas que pediu esclarecimentos à secretaria de educação. Em seu depoimento à comissão da Câmara, no último dia 24, ele disse que a atual administração não deixa claro porque reabriu as vagas, se um dos motivos para extingui-las foi a de "enxugar" a máquina administrativa. Ele afirma também que os NAEs não precisam de novos funcionários, pois continuam com a mesma função das delegacias.

Luiz Carlos Cunha disse que a comissão, formada por três vereadores do PT, um do PCB e um do PC do B, vai preparar um dossiê sobre o caso. Ele acredita que a abertura das 67 vagas não apresenta irregularidades.